

A “ILUSÃO” DA TRANSPARÊNCIA DO ESPAÇO E A “FÉ CEGA” NO PLANEJAMENTO URBANO: OS DESAFIOS DE UMA GEOGRAFIA URBANA CRÍTICA

ANA FANI ALESSANDRI CARLOS
Departamento de Geografia
FFLCH – Universidade de São Paulo
anafanic@usp.br

Para Maurício de Abreu,
por suas críticas implacáveis.

RESUMO

O texto foca o papel do espaço no movimento de realização do processo de acumulação num momento em que se constata a passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro tendo como orientação a mundialização, que se revela num mundo, tendencialmente urbano. Imersos na “aparente transparência do espaço” os estudos sobre o espaço urbano têm abandonado a análise crítica da realidade em favor do planejamento.

PALAVRAS-CHAVE: Urbano. Planejamento. Geografia.

THE “ILLUSION” OF SPACE TRANSPARENCY AND “BLIND FAITH”
IN URBAN PLANNING: CHALLENGES OF A CRITICAL URBAN GE-
OGRAPHY

ABSTRACT

The text focuses on the role of space in the process of conducting the accumulation process in a moment when one can verify the transition from the hegemony of the industrial capital to the financial capital in the framework of globalisation, which reveals the tendency of an increasingly urban world.

Immerse in this “apparent transparency of space”, studies on urban space have abandoned the critical analysis of reality and favoured planning.

KEY WORDS: Urban. Planning. Geography.

“O homem nascido da mulher é escasso de dias e farto de inquietações”, escreve Saramago. Este texto aponta as inquietações suscitadas numa conjuntura em que, segundo minha avaliação, a Geografia atravessa um momento crítico que requer reflexão, momento também em que se rememoram os vinte anos do primeiro Simpósio Nacional de Geografia Urbana (Simpurb).

Esse estado crítico inicialmente se revela pelo fato de que a Geografia Urbana hoje se confronta com sua fragmentação exacerbada, consequência direta do comportamento analítico que fragmenta a realidade, como negação de sua totalidade. No plano dos conteúdos, deparamo-nos com a naturalização de processos sociais, com a volta ao empirismo – preso à aparente transparência do espaço – e, o que é mais grave, com o preconceito contra o pensamento teórico, decorrência imediata do produtivismo exacerbado. A banalização sobre a questão da vida na cidade tem trazido o grave risco de construção de uma Geografia Urbana sem sujeito, esvaziada de seu conteúdo social ou, quando focada no indivíduo, centrada na autonomização do sujeito enquanto indivíduo isolado, imerso na sua existência abstrata, gerando múltiplos culturalismos e perdendo-se em subjetivismos e particularismos que pouco contribuem para a revelação da realidade social.

Esses elementos esvaziam a reflexão capaz de fazer avançar o conhecimento. Fragilizada, “essa geografia” é incapaz de se confrontar com o pensamento neoliberal que invade a universidade e domina a pesquisa, submetendo-se passivamente, e criando as bases de um saber técnico e de um discurso ideológico.

Uma advertência, porém, faz-se necessária: o caminho do raciocínio, aqui empreendido, não pretende fazer uma análise exaustiva dessas duas décadas de vida do Simpósio Nacional de Geografia Urbana, mas sim trazer algumas considerações sobre esse percurso, de um ponto de vista específico, que não pretende ser verdadeiro, nem único, posto que as diferenças nas posições teórico-metodológicas, mais do que momento imprescindível do processo de conhecimento, tornam-se necessárias e imperativas neste momento crítico.

Partiremos de uma condição prévia: a construção de uma Geografia Crítica – um caminho que minha pesquisa percorre em direção à constituição de uma

metageografia – aparece como exigência na construção de um movimento de superação da Geografia Urbana em seu estado crítico. Ao mesmo tempo em que a reflexão desloca a questão da produção do conhecimento do plano da epistemologia e da ontologia – preso ao universo do pensamento abstrato – para focar a relação dialética teoria e prática, faz-se necessário uma abordagem sobre a cidade e o urbano que desvende os conteúdos do processo de urbanização teórica e praticamente. Necessidade e conhecimento da atividade produtiva, o caminho do método considera a prática social tomada em sua globalidade.

PRIMEIRO MOVIMENTO DO PENSAMENTO

O primeiro Simpurb surgiu como necessidade de aprofundamento do debate assentado nas pesquisas realizadas no âmbito de uma Geografia Urbana, sinalizando um momento de ruptura importante no modo de pensar a Geografia e a prática dos geógrafos. Nesse sentido, iluminou novos conceitos surgidos da necessidade de uma nova perspectiva teórico-metodológica fundada no materialismo histórico e colocando em debate a especificidade da Geografia na análise da cidade¹. Na conferência de abertura, Milton Santos vaticinou: o geógrafo precisa saber pensar o espaço. A meu ver, essa ideia revela as possibilidades e os limites da Geografia.

Para compreender nossa época é necessário considerar as tendências que estão postas no horizonte para esta sociedade no movimento do processo de mundialização apoiado no desenvolvimento das forças produtivas, apenas como momento de um processo maior envolto na totalidade da reprodução das relações sociais de produção. Essa orientação aponta o sentido da reprodução social na busca pela realização da acumulação. Para isto é necessário dominar os termos da reprodução das relações sociais em sua totalidade real em seus vários níveis, posto que o capitalismo não se define a partir da produção em geral, mas pela produção específica de mais-valia como movimento de valorização fundado na reprodução de relações sociais também específicas. A construção da problemática urbana revela o papel do espaço e a produção do espaço urbano em suas contradições. O sentido da produção do espaço encontra-se definido pelo contexto que objetiva a

¹ Assim, no primeiro Simpurb a discussão percorreu dois caminhos: a) questionando sobre a existência de uma dialética própria do espaço que se determina na relação espaço-sociedade; b) questionando se as contradições da sociedade no seu movimento se traduziriam em contradições do espaço.

valorização do capital, incorporando sempre novos elementos capazes de estender o modo de produção ao mesmo tempo em que permite controlar as forças sociais que poderiam se opor ao poder político. Esse movimento sinaliza a importância do espaço no processo de reprodução geral da sociedade.

O pressuposto segundo o qual a produção da cidade é um momento/movimento do processo de produção do espaço social abre a perspectiva da produção do espaço como condição da realização da vida, iluminando sua natureza social e histórica no âmbito do processo geral de produção da sociedade. Isso porque as relações sociais ocorrem num lugar determinado sem o qual não se concretizariam, e num tempo fixado ou determinado que marcaria a duração da ação. É assim que espaço e tempo aparecem através da ação humana em sua indissociabilidade, uma ação que se realiza enquanto modo de apropriação. A ação que objetiva concretizar a existência humana se realizaria enquanto processo de reprodução da vida, pela mediação do processo de apropriação do mundo, apontando a articulação de várias escalas espaço-temporais que se interpenetram hierarquizando-se.

O processo de produção do espaço tem como pressuposto a natureza e a atividade humana produtora, transformadora, vontade e disposição, bem como o conhecimento como caminho necessário no sentido de transformar a natureza em mundo, a realidade material em realidade social. Nesse processo conflituoso, o homem depara-se com as forças naturais, luta contra elas no sentido de superá-las. A luta contra a natureza – luta de morte – na construção do mundo é condição constitutiva do espaço entendido como produto da atividade humana. Mas esse processo de produção coloca-se no percurso da história como produção e reprodução, como extensão do espaço produzido, como produto da reprodução da sociedade. Um processo que ocorre, portanto, revelando persistências/preservação de um lado, e rupturas/transformações de outro, dialeticamente.

Assim se revela o caminho do desvendamento dos momentos (formação) da produção do espaço, que permite pensar a relação homem/natureza como fundamento do processo constitutivo do espaço – processo que se realiza numa dialética entre objetividade e subjetividade. Uma objetividade que pode ser traduzida na prática socioespacial (real) em seu processo conflituoso, e uma subjetividade que se revela na consciência desta produção. É nesse sentido que o espaço aparece enquanto condição, meio e produto da reprodução social, revelando uma prática que é socioespacial.

Esse encaminhamento propõe a noção de produção do espaço num sentido desdobrado, e, no limite, poderíamos afirmar que não existiria um “espaço geográfico”, mas uma compreensão do mundo em sua totalidade complexa e mutante.

Não sem imensas dificuldades, a Geografia Crítica – construída nos anos de 1970 – permitiu questionar o enfoque da distribuição da população e de suas atividades, pensar a sociedade em sua totalidade. Ao mesmo tempo, superando a ideia da localização dos fenômenos no território, permitiu avançar em direção ao movimento de passagem da noção de “organização do espaço” para aquela de “produção do espaço”, deslocando o enfoque da “população” para a “sociedade”; da localização simples do fenômeno na carta para a produção dessa localização, apontando para o fato de que essas localizações estariam articuladas a processos produtivos objetivos e subjetivos. Nessa direção, a Geografia permitiu avanços consideráveis, mas hoje esse processo encontra seus limites. Sem debate capaz de permitir sua crítica e eivada de preconceitos, as possibilidades de análise foram abortadas.

O MOVIMENTO CONTRADITÓRIO DA REALIDADE

A problemática urbana constrói-se hoje a partir de novas questões; assim, amplia-se, aprofunda-se e mostra novas articulações, apontando as determinações históricas do momento atual. Por sua vez, a diferenciação dos termos cidade e urbano deve abandonar o campo semântico para referir-se à superação da análise que trata a cidade como conjunto de fragmentos analíticos.

O urbano, como horizonte, revela a universalidade do fenômeno, bem como sua orientação, e o fato de que a problemática urbana aponta como conteúdo a realização da vida, o que impõe para a reflexão o debate sobre os conteúdos da construção de um novo humanismo.

As contradições do mundo moderno se esclarecem como contradições do movimento do processo de produção do espaço, o que se percebe nas lutas dos movimentos sociais que colocam em xeque o planejamento da cidade através do questionamento da orientação das políticas espaciais dirigidas pelo processo de valorização do capital em detrimento da realização da vida. Com isso, apontam aquilo que Lefebvre chamou de vitória do valor de troca sobre o valor de uso, como sentido e orientação do processo da produção do espaço no capitalismo.

Na esteira das transformações do capitalismo mundial, o movimento da reprodução, hoje, sinaliza a passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro. Tal fato tem consequências no processo de produção desigual do espaço dentro e fora da cidade, como movimento de hierarquização-integração-desintegração dos lugares na cidade, e entre estas e as várias escalas espaciais. Na escala global, Harvey (2004) aponta a constituição de um novo imperialismo, como movimento de realização do capital capaz de incorporar uma acumulação primitiva, na escala da metrópole. Referimo-nos a uma nova lógica da reprodução do espaço urbano como momento e movimento da reprodução geral da sociedade: o processo de valorização como fundamento e horizonte da reprodução, que se realiza no contexto das mudanças que orientam o processo de reprodução do espaço como processo de reprodução do capital, que tornou o próprio espaço condição de realização do capital financeiro.

O espaço urbano revela que, do ponto de vista de sua produção, dois momentos de acumulação se interpenetram.

No primeiro momento, o espaço produzido torna-se mercadoria, assentado na expansão da propriedade privada do solo urbano no conjunto da riqueza. Trata-se, de um lado, do espaço fragmentado pelo setor imobiliário, que entra no circuito de produção da riqueza criando o espaço material (construído). A cidade surge como mercadoria a ser consumida e, assim, seus fragmentos são comprados e vendidos no mercado imobiliário – aqui a moradia é uma mercadoria essencial à reprodução da vida.

Porém nesse processo, revela-se também o momento da produção do espaço em que a cidade se produz como condição para a realização do ciclo do capital como possibilidade de realização dos momentos envolvidos e necessários da produção, circulação, distribuição e troca, o que exige a criação de lugares definidos com características próprias a esse movimento de acumulação.

Essas estratégias orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço e, através dele, os interesses dos diversos setores econômicos da sociedade que visualizam no espaço a condição de realização da reprodução econômica – aqui os lugares da cidade aparecem enquanto lugares da infraestrutura necessária ao desenvolvimento de cada atividade, em particular de modo a entrever uma equação favorável à realização do lucro. Mas cada fração de capital atua segundo sua lógica (ora se contrapondo, ora se articulando) para realizar pron-

tamente seu fim, que é a acumulação continuada. Dessa forma, a urbanização revela-se como produção da mercadoria-espaço.

No segundo momento – o atual – o circuito de realização do capital (nos termos assinalados do movimento de passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro) redefine o sentido do espaço que assume também a condição de produto imobiliário. É o momento histórico no qual a reprodução, estabelecida no plano global, orienta os processos locais (a produção do espaço na metrópole), e a distribuição dos lucros advindos do solo urbano (pelo consumo produtivo) estende-se por toda a cidade. Trata-se da distribuição internacional da mais-valia produzida no processo local de produção da cidade como decorrência da flexibilização do solo urbano no contexto de realização do ciclo do capital. Esse movimento, todavia, não exclui a continuidade do primeiro.

Isso significa dizer que, no momento atual, o setor financeiro apropria-se do espaço como lugar possível de realização do investimento produtivo, ao passo que o setor imobiliário (aliado à indústria da construção civil) reproduz o espaço, constantemente, enquanto mercadoria consumível. É o espaço que viabiliza a realização do ciclo do capital, tanto do processo produtivo, quanto da produção da cidade em sua dimensão material. Sob o movimento do capital financeiro (no quadro do aumento da competitividade no plano mundial), a diminuição dos custos de produção é fundamental.

Diante da escassez deste imóvel – que adquire novas especificações compatíveis com o desenvolvimento da economia – e do acúmulo de dinheiro, o capital financeiro será aplicado na produção dos edifícios destinados à realização da “nova economia”. Ao fazê-lo, todavia, aponta a realização da cidade como negócio, permitindo a circulação desse capital em potencial, agora empregado no projeto do imóvel. A nova economia não vai viabilizar a compra do imóvel, mas seu aluguel, o que, por sua vez, vai realizar o “juro” do capital investido na edificação, e, com isso, o investimento no solo urbano (condição da produção do edifício corporativo) ganha liquidez, superando sua antiga condição de fixidez.

O processo de valorização, aliado às estratégias dos empreendedores imobiliários, reproduz um espaço voltado aos interesses particulares do grande capital – com a produção de edifícios de escritórios, hotéis e *flats* – promovendo a distribuição dos lucros advindos da construção do espaço urbano sob a forma de produto imobiliário no plano internacional, e redefinindo o sentido do espaço no campo da reprodução do capital.

O momento atual sinaliza uma mudança no modo como o espaço urbano participa da acumulação, pois o solo urbano muda de sentido superando sua condição de fixidez do setor imobiliário, num mundo de domínio do capital financeiro como orientador do processo de acumulação. O imobiliário ganha fluidez – e em termos econômicos, liquidez – e os lucros nos negócios urbanos redistribuem-se no mundo, uma vez que a produção do espaço no plano local define-se por estratégias globais. A mobilização do solo urbano acompanha, portanto, as transformações no processo de reprodução atual comandado pela lógica do capital financeiro, que atua por meio das políticas urbanas, através das quais o Estado assegura a reprodução. As renovações urbanas apontam, por exemplo, uma forma de se cooptar a cultura, subsumindo-a ao mundo da mercadoria para alavancar o processo de transformação espacial como momento da acumulação.

Assim, a reprodução do espaço ocorre pela imposição de uma racionalidade técnica assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação, que reproduz o espaço enquanto condição/meio/produto da produção capitalista de mercadorias, revelando as contradições que o capitalismo suscita em seu desenvolvimento. Refiro-me à sua produção como raridade, consequência da intervenção direta (econômica e política) que reproduz o espaço-mercadoria em outro plano, que é o da produção especificamente espacial. No plano do lugar, o projeto neoliberal como orientação destina o espaço – ou o que resta de vazios na área urbana – para a circulação do automóvel, para a produção de moradias, ou seja, dos condomínios que abarcam agora várias classes de renda, fazendo explodir a cidade e ampliando seus limites. Nelas justapõem-se a pobreza e os conjuntos fechados com altos muros, revelando as novas estratégias de acumulação redefinidas pelo capital industrial/financeiro sob a mediação do mercado imobiliário, e criando o espaço urbano contraditório. Assim, a descontinuidade dos espaços cria a dialética concentração-dispersão.

A realidade urbana é aquela da explosão da cidade, da extensão desmesurada da periferia e da mudança de sentido do espaço na reprodução. Desse modo, a periferia contempla contraditoriamente várias classes de renda, várias formas de ocupação e a expulsão das áreas de pobreza como necessidade de valorização.

O processo de industrialização que produziu o mundo da mercadoria se supera por um novo momento da acumulação, representando um salto na his-

tória da acumulação. A mundialização como horizonte orientador da prática coloca como questão o fato de que o processo de acumulação, ao realizar-se, transforma-se. Com essa perspectiva romperam-se os laços com a história.

Tal situação se desenvolve a partir do aprofundamento da mundialização pela constituição da sociedade como urbana – o mundo tornando-se tendencialmente urbano, momento em que os valores da sociedade urbana vão se constituindo e se impondo de fora para dentro – enquanto ação e projeto de reprodução social global em todos os lugares, transformando, deteriorando e reformulando antigas relações socioespaciais para atender a uma nova ordem. Nesse movimento, incorpora fragmentos de espaço que se condensam conflituosamente. Em todos esses momentos da reprodução do capital, a interferência do Estado é fundamental e a sua ação desencadeia um processo de revalorização/desvalorização dos lugares, e com isso aprofundando o movimento de expulsão/atração de habitantes (em função de sua compatibilização com os movimentos de renovação), produzindo o fenômeno de explosão do centro, que é um movimento de expulsão dos habitantes em direção à periferia, reproduzindo-a num outro patamar.

Assim, o contexto histórico atual revela, também, a crise, não importando seu tamanho, como decorrência da crise estrutural do capitalismo. As metrópoles já aparecem como a representação mais bem acabada do caos. Ao mesmo tempo, essa realidade também produz um discurso sobre a cidade e um modo de superá-la. A crise urbana aponta, assim, para a necessidade de reabilitar os espaços, pois se trata de uma crise de desvalorização de áreas inteiras que precisam ser devolvidas ao mercado e, com isso a necessidade de inventar novas formas urbanas no sentido de reconstruir áreas degradadas sem pobres, agora destituídos de seus lugares, expulsos para periferias explodidas. Neste plano o espaço revela-se enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado, um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante, num espaço globalizado.

Mas a cidade em crise obriga à ação. Essa constatação funda o ato de planejar como necessidade e urgência, como ato administrativo destituído de seu sentido político. Isto é, a ideia de caos cria as bases para a gestão empresarial da cidade e a figura do prefeito-gerente para salvá-la projetando um modelo: aquele que aparece como produto perfeito da mercantilização não mais de parcelas do espaço, mas de toda a cidade “bem governada” em busca de um lugar

no futuro globalizado. Aqui o que se vende é a cidade, bem como um modo de gestão da cidade como uma empresa.

No plano do discurso, a “reforma urbana” – que aparece sob a forma fragmentar de renovação de parcelas da cidade, com a abertura de novas vias de trânsito, construção de pontes e viadutos, de grandes edifícios, ou mesmo de bairros fechados, constituindo as periferias implodidas – funda-se na ideologia do progresso e do moderno, onde a “chantagem de utilidade” (KOTANYI e VANEIGEM, 1961, p.215) permite forjar o “consentimento da população” para projetos espetaculosos como único caminho possível para superar o caos. Nesta perspectiva, o planejamento restabelece a eficiência econômica da cidade no movimento da acumulação.

A produção da cidade aponta, assim, uma finalidade: a reprodução das relações sociais de produção fundada no desenvolvimento das forças produtivas diante das possibilidades de realização da acumulação no âmbito da mundialidade entre áreas integradas/desintegradas como aprofundamento da divisão espacial do trabalho no âmbito do processo de acumulação, hierarquizando e diferenciando os lugares.

Assim, o processo de reprodução da sociedade esclarece as condições históricas que promovem o movimento que vai da produção do espaço como mercadoria à produção da própria cidade como mercadoria, implicando na mudança de sentido do solo urbano no processo de reprodução ampliada do capital com a crescente importância do capital financeiro como estratégia para aplacar a “tendência à baixa taxa de lucro”, imposta pelas transformações da composição orgânica do capital.

A construção da sociedade move-se, assim, em direção à construção de uma morfologia que exclui e segrega, a uma estética que degenera a rua, onde o lúdico como modo de apropriação esvai-se num universo em que o lazer, cada vez mais submetido ao universo da mercadoria, exacerba a segregação e impõe uma nova sociabilidade.

No processo de transformação da cidade em valor de troca, a relação espaço-Estado faz tábula rasa da prática socioespacial, inaugurando novos conflitos, produtos do estabelecimento de novas contradições: entre a apropriação e a dominação do espaço; entre o espaço público e o privado (sinalizando o eclipse da rua e a supressão de sua importância na constituição da sociabilidade); entre o aumento da possibilidade de comunicação entre espaços e pessoas e a diluição

das relações de sociabilidade; entre o espaço homogêneo da norma e o espaço fragmentado das estratégias imobiliárias; entre as novas relações sociais e a manutenção de antigas que sobrevivem residualmente em meio à implosão dos bairros; entre o direito à cidade como apropriação e o direito à cidade como existência dos bens de consumo coletivo.

Todavia, a existência de velhas e antigas relações sociais na cidade revela que o processo de produção do espaço urbano não homogeneiza todos os planos da realidade. A cidade produzida como fonte de produção de mais-valia aprofunda a contradição valor de uso-valor de troca, revelando a cidade produzida como exterioridade.

Num momento em que a técnica permitiu a superação de barreiras até então intransponíveis, mudando a qualidade do tempo e ultrapassando fronteiras nacionais, consolida-se cada vez mais as fronteiras urbanas encerrando populações, classes e grupos sociais em espaços muito bem delimitados e segregados. A fronteira como limite imposto pela existência da propriedade da riqueza e do poder cria praticamente a separação pela fragmentação dos espaços, que, sob o signo da mercadoria e da prática da mercantilização, produz os fundamentos do processo de produção do espaço como realização do processo de valorização assentada na negação do outro e baseado no exercício do poder de uma determinada classe.

A propriedade como fundamento e como produto do processo de produção do espaço, sob o capitalismo, delinea a tendência da submissão dos modos de apropriação do espaço ao mundo da mercadoria, e, conseqüentemente, a redução do conteúdo da prática socioespacial. Esses processos referem-se a uma nova ordem espaço-temporal, pois as relações de propriedade, ao se desenvolverem, criam os limites do uso e produzem a fragmentação dos espaços com a tendência à destruição dos espaços públicos, ao esvaziamento da sociabilidade, conseqüência da implosão dos bairros. A exacerbada concentração da riqueza no mundo moderno – como produto do estágio atual do desenvolvimento capitalista – realiza a potência da propriedade. No momento atual, a propriedade privada da riqueza tem como conseqüência a produção da cidade em suas novas formas de alienação.

Tal comportamento atualiza a afirmação de Reclus segundo a qual:

[...] um fato domina toda a civilização moderna; o fato de que a propriedade de um único indivíduo pode aumentar indefinidamente e até mesmo, em virtude do consentimento quase universal, abarcar o mundo inteiro. O poder dos reis e imperadores é limitado, o da riqueza não o é (RECLUS, 1984, p.75).

Nesta direção, a problemática urbana contempla a teoria da alienação saída da análise da realidade concreta em seus vários níveis – econômico, político, social e urbano – apontando a cidade produzida como exterioridade, percebida como estranhamento e privação, e concebida como geométrica – potência estranha. A negação do outro – daquele que nos é estranho e que aparece como diferentemente localizado na sociedade moderna – revela uma nova urbanidade.

Aqui o modo de vida urbano comporta um sistema de objetos em sua obsolescência planejada, que se apoia no estabelecimento de um conjunto de valores que redefinem comportamentos sob a mediação das coisas e das instituições, impondo a supremacia do objeto na determinação das relações sociais. Nessa situação, a mercadoria aparece como figura autônoma dotada de vida própria em relação aos homens, processo que se expande mundialmente contaminando todos os pontos do planeta, trazendo profundas mudanças nas relações tradicionais e forjando um novo tipo de identidade criadora de uma nova urbanidade. A subsunção de todas as relações a essa mediação contribui para a construção do individualismo moderno ligado à implosão das orientações socioculturais no seio da mundialidade.

A TRANSPARÊNCIA DO ESPAÇO COMO PROBLEMA

O processo acima apontado nem sempre se esclarece. Imersos na aparente transparência do espaço, os conteúdos contraditórios da realidade social podem ser obscurecidos pela Geografia Urbana. É assim que, sem mediações: a) o espaço urbano torna-se imediatamente meio ambiente urbano; b) o crescimento econômico transforma-se em desenvolvimento social; c) o cotidiano traduz-se, imediatamente, em modo de vida preso exclusivamente ao plano do vivido, tratado como subjetividade pura, em sua percepção individual da realidade; d) as práticas espaciais, genericamente analisadas em sua dimensão formal (marcando a paisagem lida com um texto), têm rebatimento imediato sobre o meio ambiente como decorrência imediata da naturalização dos processos sociais; e) o espaço público em sua dimensão de forma pura tem seu sentido reduzido à presença de equipamentos coletivos de lazer em praças e parques; f) a análise da paisagem limita-se às representações simbólicas, enquanto o sujeito coletivo reduz-se ao indivíduo encerrado em sua condição existencial (quando percebe o ambiente e se relaciona com o mundo como momento determinante de sua subjetividade, momento em que as narrativas existenciais substituem a com-

preensão da realidade, e a ação humana, reduzida à mera experiência pessoal, perde-se no mundo das alienações opacas); g) a fragmentação da vida e do espaço restabelece-se no plano do Estado pela gestão democrática da cidade; h) a segregação espacial como conceito reduz-se à forma urbana dos condomínios fechados; i) a busca de indicadores substitui a compreensão dos conflitos, inaugurando-se os modelos que pretendem detectar a "qualidade de vida", qualificando os "níveis de exclusão" que visam à orientação de políticas urbanas; j) o saber técnico erige-se como o conhecimento possível.

Legitimando essa lógica, muitas das análises apontam como fundamental, e mesmo indispensável, a necessidade de intervir na realidade através do planejamento urbano, que é justificado como único caminho capaz de restituir o processo continuado da valorização do capital. Esse espaço produzido de modo abstrato realiza-se como espaço geométrico e vazio – condição da ação planificadora que, fazendo tabula rasa da prática socioespacial, reduz sistematicamente a cidade ao seu quadro físico, inerte. Passível de intervenção, a cidade que se produz é portadora da ideia de que o cidadão confunde-se com o usuário de meios de consumo coletivo dispostos no espaço da mesma.

Desse modo, a "fé cega" no planejamento urbano representa a vitória da ordem calcada na racionalidade lógica que funda o saber técnico sobre a transformação, estabelecendo o fundamento da produção do espaço abstrato. Este, por sua vez, revela uma inteligibilidade forjada na sistematização como condição de realização da coerência como fim dos conflitos. No plano do conhecimento, trata-se do momento em que a racionalidade técnica domina a sociedade, justificando e legitimando a ordem estabelecida. Essa relação lógica não tem como pressuposto nenhuma realidade, mas se baseia apenas numa série de dados, informações que representam a realidade. Por fim, chega-se a um modelo interpretativo que se pretende verdadeiro, sintetizado na representação cartográfica e definidor das áreas de intervenção. O espaço vazio – puramente formal e representado em formas abstratas – revela um mundo sem relações sociais, um espaço sem um tempo, sem plano ou espessura, vazio de vida, reduzido a um código. Sem contradição, a quantificação se basta, criando modelos e indicadores que ganham foros de verdade e fundamentam o discurso que orienta a ação planificadora.

Nesse momento podemos visualizar o seguinte: a) o plano diretor e o planejamento urbano aparecem como solução dos conflitos existentes, ocultando

choques de interesse; b) a legislação urbanística surge como instrumento de distribuição mais justa dos equipamentos e serviços na cidade; c) o desenvolvimento sustentável aparece como alternativa para o desenvolvimento de atividades capazes de trazer benefícios imediatos aos sujeitos sociais envolvidos; d) o turismo como solução para superar as condições adversas da economia revela um movimento de análise, que vai da consciência do espaço tornado mercadoria nos processos de constituição/reprodução da cidade capitalista para a produção do conhecimento viabilizando a venda do espaço; e) a implantação dos conselhos comunitários e da gestão participativa encobre a necessidade da crítica ao Estado e à política de Estado.

A ideologia urbanística, escreve Lefebvre (1971, p.144-145), é redutora da prática real, a prática dos cidadãos, que desaparece, destinada ao silêncio e à passividade. O urbanismo oculta sob a aparência positiva, humanista e tecnológica a estratégia capitalista, o domínio do espaço, a luta contra a queda tendencial do lucro médio. Essa estratégia oprime o usuário, o participante, o simples habitante. Ele é reduzido não apenas à questão do *habitar* (isto é, ao habitar como função), mas à função de comprador do espaço e, com isso, realizando a mais-valia. Desse modo o espaço torna-se o lugar de funções dentre as quais a mais importante é velada: formar, realizar, distribuir, de uma maneira nova, o sobreproduto da sociedade inteira (isto é, o modo de produção capitalista, a mais-valia global).

A ação política redefine e cria fronteiras no espaço como desdobramento da propriedade, separando o vivido do concebido que sustenta a ação política. As fronteiras produzem os espaços de integração-desintegração no que se refere à produção imediata do valor, impondo uma hierarquia de fora para dentro: do centro da reprodução, no âmbito do mundial, sob a égide da valorização do capital, reproduzindo formas de segregação-integração. O espaço integrado serve de metonímia – atua por redução. Ele é a cara, o conteúdo e o sentido do discurso sobre a cidade. Os lugares dissimulam os conteúdos do processo de produção, bem como os conteúdos, os sentidos e as estratégias do capital, além das alianças e o modo como os processos de valorização se expande, tomando o espaço como centro do processo de valorização, e com isso, a realização da propriedade privada da riqueza social.

Como consequência, o plano do vivido revela-nos que as opressões não reconhecidas assediam a vida urbana, regularizando, ordenando, e direcionando

as ações. As câmeras de vídeo espalhadas pela cidade invadem a privacidade, e a contestação, criminalizada, é reduzida ao silêncio. Vigiada, esta sociedade defronta-se com o esvaziamento não só do sentido do espaço público – o que tem por consequência a redução da esfera pública à democracia representativa –, mas também da qualidade dos espaços privados, nos quais o *voyeurismo* (refiro-me como exemplo ao sucesso de Big Brother Brasil) dissimula a deterioração das relações familiares, bem como a participação passiva do cidadão na vida nacional e local.

Submetida à ideologia da técnica como libertadora dos limites da prática espacial no plano do vivido, a pós-modernidade vai se estabelecendo de forma incontestável com esses conteúdos.

A ilusão da transparência do espaço é, no final das contas, aquela do poder que transparece e que se dissimula sob a organização do espaço, eliminando tudo o que se opõe a ele pela violência aberta. A transparência refere-se, portanto, à análise lógica, sob a ideia da coerência, coesão, equilíbrio e regulação, ou seja, refere-se ao espaço puramente formal. A visibilidade confunde-se com a inteligibilidade lógico-matemática.

A exigência de uma interpretação materialista do espaço e, conseqüentemente, do tempo, permite avançar na direção da compreensão da produção do espaço social, focando o sujeito produtor em suas condições históricas determinadas. A potência do pensamento sobre a cidade enquanto momento de produção do espaço abre perspectivas de análise que permitem compreender o mundo moderno em profundidade na consideração da práxis como determinante da constituição da humanidade do homem. Isto é, ao longo da história, a produção do espaço como momento indissociável da produção da sociedade identifica o processo como aquele da autoprodução da sociedade.

O caminho de uma Geografia Urbana crítica – a metageografia –, questionando as transformações da realidade urbana e a pertinência/necessidade de superar conceitos, aponta para a indissociabilidade de dois conjuntos de problemas: de um lado a cidade real e concreta vivida em suas cisões como produto prático da produção do espaço abstrato que se transforma na velocidade das condições impostas pela técnica e, de outro, a constituição de um pensamento sobre a cidade, desvendando seus conteúdos na complexidade e unidade da vida social.

Deste modo, a noção de produção permite pensar não só na orientação do processo de produção do espaço como mercadoria no contexto da lei do valor

e da realização da propriedade, ao desenvolver até quase o limite o mundo da mercadoria, mas também encontrar os momentos na vida cotidiana em que o percebido pode construir o caminho da consciência da alienação e das formas de sua superação como negação do mundo como mercadoria. Como exemplo desses momentos mencionados acima estão as lutas em torno da produção do espaço focando a apropriação como negação da propriedade e da ordem burguesa que nela se funda.

A análise urbana caminharia, assim, no desvendamento dos processos constitutivos da produção do espaço social. Nesta perspectiva, a realidade social aparece como prática socioespacial e espaço-tempo da ação, o que nos obriga a pensar sobre o sentido e o conteúdo dessa ação, da indissociabilidade entre a produção do espaço e da produção-reprodução da vida social. Assim a problemática espacial esclarece a produção do espaço como momento do processo de reprodução da sociedade capitalista, apontando as contradições deste movimento capaz de iluminar os resíduos – momentos nos quais a vida reage ou escapa à capacidade homogeneizante do capital e ao poder do Estado. Portanto, a produção da cidade pode ser o espaço fundante no qual ganha sentido e significado a vida, revelando o ser humano vivendo em suas cisões profundas, numa prática socioespacial que permitiria pôr fim às abstrações.

A análise envolve, deste modo, o ato em si real e concreto da produção material do espaço que aponta: a) a tendência ao domínio quase completo da forma mercadoria e do modo como a abstração concreta exerce influência na vida cotidiana pela orientação da produção da cidade como negócio; b) a sub-sunção da vida à forma mercadoria como prática real e concreta, como realização da felicidade, isto é, um conjunto de atos que delinea a vida mercantilizada e o homem tornado mercadoria; c) o que residualmente escapa ao domínio da mercadoria sob a égide do uso; d) as novas relações sociais espaço-tempo no contexto do processo de financeirização, que redefine as relações sociais pela mediação tanto do planejamento estratégico, quanto pelo planejamento democrático da cidade.

Com isso, chega-se à alienação espacial, que é um movimento que sinaliza a orientação do processo de produção do espaço urbano como passagem do uso e valor de uso ao imperativo do valor de troca, como momento necessário da acumulação capitalista. Portanto está posto como desafio para a análise a necessidade de superação das cisões da realidade e do pensamento que acompa-

nha a crise da cidade, o que requer a construção de um caminho para superar esse estado crítico.

AINDA UMA ÚLTIMA REFLEXÃO

Se for possível chegar a alguma conclusão sobre esses vinte anos de Simurb, podemos afirmar que o que chama atenção, além do esfacelamento das análises sobre a cidade, é que o pensamento de esquerda na Geografia Urbana brasileira tem se realizado apenas residualmente, além de estar sob forte ataque. Isso se revela sob a forma do preconceito contra o pensamento dialético que sinaliza, na realidade, a negação da importância do pensamento teórico na constituição do pensamento geográfico do mundo moderno. Essa desvalorização é produto de um novo tempo que impõe a efemeridade, que invade a pesquisa imersa na ideologia da "produtividade" (produtivismo), orientando a atitude acadêmica em relação à recusa do ato de pensar. A essa atitude soma-se o comportamento que prende o pesquisador ora a um "fragmento da realidade", ora a um "nível" dessa realidade. Fragmentada, a análise urbana submete-se à potência do processo de abstração que invade a análise da sociedade como um todo.

Sem debate e confronto de posições, caminhamos na direção da construção de uma atitude que nega a ação do pensamento. Portanto, a negação do conhecimento como crítica dos discursos que embasam a ação política mantém a ordem do mundo dominada pela racionalidade do mercado, momento em que a tecnicidade serve de alibi para a tecnocracia.

Na Geografia estabelece-se uma tendência de substituição da crítica ao planejamento pela aposta nele como consequência necessária para superar as situações de conflito e como possibilidade transformadora do mundo. Com isso, encobre-se a questão de que os fatores de manutenção das relações de produção degeneram e deterioram a vida humana.

A crença no planejamento e a fé no Estado, como possibilidade de transformação da realidade, sinaliza a vitória da lógica contra a dialética, o aprisionamento no real em busca de uma compreensão do mundo em sua negatividade. Na contramão dessa crença, a razão dialética descobre o direito à cidade (aquele que nenhuma mercadoria pode satisfazer) como negatividade na direção da construção de um projeto de uma outra sociedade. Acreditar no capitalismo como possibilidade de estabelecer os termos de superação da condição do homem enquanto consumidor coloca-nos diante de um futuro sombrio.

“Se o intelectual é uma figura em via de extinguir-se”, escreve Chauí (2006, p.30), uma das causas é

[...] a ausência de um pensamento capaz de desvendar e interpretar as contradições que movem o presente (...). O recuo da cidadania e a despolitização produzem a substituição do intelectual engajado pela figura do especialista competente cujo suposto saber lhe confere o poder, para em todas as esferas da vida social, dizer aos demais o que fazer, o que sentir e esperar.

REFERÊNCIAS

- CHAUÍ, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção? In: NOVAES, Adauto (org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- HARVEY, David. *El nuevo imperialismo*. Madrid: Akal, 2004.
- KOTANYI, Attila; VANEIGEM, Raoul. Programme élémentaire du Bureau d'urbanisme unitaire. In: *Internationale Situationniste*. Paris: Fayard, n.º 6, 1961.
- LEFEBVRE, Henri. *O fim da história*. Lisboa: Dom Quixote, 1971.
- RECLUS, Élisée. A propriedade e a exploração da terra. In: ANDRADE, Manuel Correia de (org.). *Élisée Reclus*. São Paulo: Ática, 1985, pp. 75-98.

Recebido em: 02/08/09

Aceito em: 13/10/09